

# Queima de oportunidades

**POR QUE** um país como o nosso, dramaticamente carente de capital para a promoção de seu desenvolvimento e ampliação do mercado de trabalho, permite-se votar, através de um projeto de decisão na Comissão de Sistematização da Assembléia Constituinte, a conversão de parte da sua dívida externa em capital de risco?

**POR QUE**, à míngua de poupança interna, fechamos os caminhos de acesso à poupança externa, como se nos pudessemos dar a um capricho desconhecido em todo o universo da economia internacional contemporânea — o de construir um desenvolvimento econômico fechado em si mesmo, já que aberto apenas para um mercado interno (qual?) e refugando arrogantemente o investimento externo?

**POR QUE** deixamos perder-se, talvez definitivamente, a oportunidade de reduzir significativamente, e pelo período de alguns anos, a remessa de recursos para o exterior, a título de pagamento da dívida externa e seu serviço, que nos tem transformado em exportadores líquidos de capital, hipotecando-nos assim as perspectivas de manutenção do crescimento?

**SÃO** perguntas colhidas da mesa-redonda promovida pelo GLOBO, entre experientes empresários e banqueiros, transcrita em nossa edição de domingo. E perguntas que não podem ficar no ar: devem-lhes uma resposta, em nome do interesse nacional, como do mandato de representação que detêm, os 42 constituintes da Comissão de Sistematização, que aprovaram há duas semanas o projeto de decisão do Deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), proibindo a conversão total ou parcial da dívida externa em capital de risco.

**NÃO É** possível que todos eles tenham-se rendido à argumentação do Deputado fluminense, construída sobre chavões, como a ameaça de "desnacionalização de nossa economia"; ou sobre pura ignorância, como dizer que, com a conversão dos créditos em ações de companhias brasileiras, os credores estariam de mão em toda a economia brasileira e "selecionaríamos setores específicos, naturalmente os mais rentáveis".

**ENQUANTO** se alega no Brasil a desnacionalização da economia, o Chile, que não despertaria grandes simpatias externas pelo regime político, nem interesses extraordinariamente superiores, pela economia, conseguiu fixar, através de seu Banco Central, as regras do jogo da conversão — entre elas, a suspensão, por quatro anos, das remessas de lucros pelo investimento; a limitação das mesmas, a partir do quinto ano; e um prazo de dez anos, para o repatriamento do capital.

**NOSSOS** constituintes ignoraram ainda — ou fingiram ignorar — as regras que o Ministério das Finanças do México estabeleceu, evidenciando quem tinha a iniciativa da "seleção" que o Deputado Paulo Ramos teme: têm prioridade as conversões destinadas à compra de empresas estatais em processo de privatização, a novos investimentos ou empenhos de capital que gerem exportações, reduzam importações, criem novos empregos ou se orientem para regiões geográficas específicas.

**EM POUCO** tempo, esses dois países (o Chile, desde meados de 1985 e o México, desde meados de 1986), além da economia na remessa de divisas preciosas, ampliaram sua base industrial e se preparam para um aumento expressivo das exportações; ou seja, atacaram o proble-

ma da dívida externa em duas frentes, simultaneamente, a de curto e a de longo prazo.

**EM PARALELO**, quais seriam então as perspectivas do Brasil? Converter em investimento, em cinco anos, um total de cerca de US\$ 10 bilhões da dívida externa; dobrar o valor das exportações (exportamos, no ano passado, US\$ 10 bilhões a menos que Taiwan) e, conseqüentemente, o Produto Interno Bruto. Essa oportunidade histórica precisa pesar na consciência dos constituintes que irão examinar em plenário o projeto de decisão do Deputado Paulo Ramos.

**MESMO** porque, sobre a própria perda de tempo em discussões sem objetividade, em discursos produzidos para desencadear reações irracionais, em alegações sem fundamento algum, já se está moldando a opção da irresponsabilidade: o isolamento do Brasil no mercado internacional, financeiro e comercial; num mercado que está a primar pela competição, como mostram as políticas conduzidas em países como o México, Espanha, Portugal e os novos "pequenos grandes" do Sudeste Asiático — Taiwan, Hong Kong, Cingapura, Coréia do Sul.

**O PREÇO** desse isolamento será a miséria. E aqui vale repetir a advertência de um dos membros da mesa-redonda, representante do Libra Bank, Igor Cornelsen: "No dia em que a Volkswagen opta por aumentar a produção de sua fábrica em Puebla, o pobre do metalúrgico do Vale do Paraíba já perdeu oportunidade histórica de emprego. Isso não volta mais, essa oportunidade já foi queimada".

**QUEIMADA** menos pela multinacional, evidentemente, que pelos contraditórios e desastrosos constituintes "nacionalistas" brasileiros.